

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Privatização da Eletrobras fica para 2020, afirma Mourão	2
Título: Destaques	3
Título: Sem privatização, Eletronorte devolve Tucuruí em 2024.....	3
Título: Copel estuda disputar usinas eólicas da Eletrobras	6
Título: Justiça atende MPE e bloqueia recursos da Tüv Süd	7
Título: Curtas	9
Título: Acidente na usina da CSN afeta 21 empregados com inalação de gás	9
Título: CPFL quer precificar follow-on antes de IPO da Neoenergia.....	10
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	11
Título: Impasse na reforma trava investimentos.....	11
Título: Equipe econômica quer reduzir subsídios na conta de luz.....	13
Título: Nova paralisação dos caminhoneiros?	14
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	17
Título: Por amor à pátria	17
Título: Em Nova York, governador do RS tenta atrair empresários com pacote de privatizações	17
Título: Ministro encontra clima ameno após ser convocado à Câmara.....	18

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 16/05/2019****Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Privatização da Eletrobras fica para 2020, afirma Mourão**

O presidente em exercício, Hamilton Mourão, tratou ontem do processo de privatização da Eletrobras com um grupo de representantes de sindicatos do setor elétrico. Aos participantes Mourão sinalizou que o tema ficará para o próximo ano e será debatido com os trabalhadores da estatal, a sociedade e o Congresso Nacional.

"O vice disse que essa discussão sobre o processo de privatização da Eletrobras não está na pauta do dia", afirmou Emanuel Torres, diretor do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) no Rio. Ele participou da reunião na tarde de ontem, em Brasília.

O grupo de sindicalistas entregou a Mourão um documento com argumentos técnicos contrários à venda do controle da empresa.

Segundo Wellington Diniz, diretor da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), que também participou da reunião, nos últimos oito anos, o governo fez aportes de R\$ 3 bilhões na Eletrobras. No mesmo período, segundo ele, a companhia pagou R\$ 7 bilhões à União, em dividendos.

De acordo com os representantes sindicais, a forma que a gestão atual da Eletrobras adotou para discutir o assunto é "equivocada". Segundo Diniz, estudos feitos pela companhia indicam que a privatização da empresa renderia R\$ 12 bilhões ao governo. "Esse dinheiro é irrisório para cobrir o déficit fiscal."

Torres também criticou o argumento da gestão atual da Eletrobras de que a companhia perdeu a capacidade de investir. Ele destacou que a empresa teve lucro de R\$ 13 bilhões em 2018 e que, como a previsão de crescimento da economia do país é inferior a 1,5%, não há risco para o atendimento ao sistema elétrico.

"Estamos mostrando o contrário [ao argumentado pela gestão da Eletrobras]. A companhia tem condição de fazer os investimentos necessários para os próximos três anos", completou Torres.

Procurada pelo **Valor**, a vice-presidência da República não se manifestou sobre o assunto.

No fim de abril, Mourão já havia afirmado que a desestatização da Eletrobras deve ser feita "mais para a frente" e que o tema demandaria uma discussão mais aprofundada.

"A Eletrobras é objeto de altas discussões. Até agora não me debrucei em um estudo mais aprofundado sobre o caso. Isso vai ser discutido em algum momento, dentro desse projeto das privatizações que vão ocorrer, mas vejo que a Eletrobras talvez seja jogada mais para frente", disse Mourão em entrevista ao site "Político", especializado em notícias do setor de energia e petróleo e gás.

O Ministério de Minas e Energia prevê concluir em junho o plano para a capitalização da Eletrobras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/05/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Petro Rio no vermelho

Petro Rio fechou o primeiro trimestre com prejuízo líquido de R\$ 53,678 milhões, revertendo o lucro de R\$ 2,694 milhões registrado em igual período do ano passado. Segundo a empresa, o resultado negativo foi fruto de dois principais eventos pontuais e não-recorrentes: a mudança de regra contábil IFRS 16 e a aquisição de 52% de Frade, que rendeu movimentações de variação cambial negativas (não-caixa), bem como despesas com hedge. As receitas líquidas totalizaram R\$ 139,4 milhões, o que representa aumento de 19% em relação ao primeiro trimestre de 2018. Já o Ebitda (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) subiu 261,8%, para R\$ 54,9 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Daniel Rittner e Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Sem privatização, Eletronorte devolve Tucuruí em 2024

Sem uma mudança relevante no marco regulatório do setor, a estatal Eletronorte prefere continuar explorando a usina hidrelétrica de Tucuruí (PA) nas bases atuais até o fim de sua concessão e devolvê-la à União em 2024. A

alternativa de pedir prorrogação antecipada do contrato por mais 30 anos, aderindo ao regime de cotas, é vista como desfavorável.

"Os estudos técnicos indicam que é mais vantajoso ficar com a usina até 2024, com os preços atuais, do que ter mais 30 anos de concessão e ir para o sistema de cotas", disse ao **Valor** o novo presidente da Eletronorte, Roberto Parucker, que assumiu o cargo há menos de três semanas. Oriundo da iniciativa privada, ele teve passagens por companhias como Camargo Corrêa, Terna e Alupar antes de tornar-se diretor de engenharia da estatal e finalmente ser alçado ao comando da empresa.

Hoje a usina, que tem 8.535 megawatts (MW) de capacidade instalada, gera receita em torno de R\$ 4 bilhões por ano. Da potência total, cerca de 10% são negociados no mercado livre. Pelas simulações feitas, caso haja migração para o sistema de cotas, a participação de Tucuruí no faturamento da Eletronorte cairia dos atuais 70% para apenas 18%.

A Lei 12.783, de 2013, exige que os donos de hidrelétricas se manifestem com "antecedência mínima" de cinco anos sobre o interesse ou não de renovar suas concessões. No caso específico de Tucuruí, maior usina em território nacional em operação plena (será ultrapassada por Belo Monte no futuro), esse prazo vence daqui a três meses.

Se a usina for mesmo devolvida, o governo deverá iniciar os estudos para leiloar uma nova concessão, a exemplo do que ocorreu com as hidrelétricas das empresas estaduais de energia Cesp, Cemig e Copel. Elas se rebelaram contra o regime de cotas do plano de redução das tarifas lançado pela ex-presidente Dilma Rousseff, em 2012. A estratégia foi considerada bem sucedida. O setor enfrentou uma crise com a falta de chuva nos reservatórios e o preço da energia negociado no mercado livre disparou.

No sistema de cotas, o gerador é remunerado apenas pelos custos de operação e manutenção das usinas, que são até 70% inferiores aos preços praticados atualmente. Além disso, não se pode comercializar nenhuma parcela da energia produzida no mercado livre.

Um dos pilares do plano de privatização da Eletrobras é um recuo desse modelo. Prevê-se a "descotização" das usinas hidrelétricas como forma de aumentar o valor dos ativos da estatal e, assim, atrair investidores para a sua capitalização. Essa mudança, no entanto, enfrenta resistências no Congresso

Nacional porque envolve perda de controle da Eletrobras pela União e uma possível elevação das tarifas de energia.

A subsidiária da Eletrobras projeta investimentos de R\$ 3,8 bilhões no quinquênio 2019-2023

Parucker se coloca a favor do plano de capitalização da Eletrobras, pelo ganho expressivo na capacidade de investimento, mas pondera: se não for possível aprová-lo, há vida sem isso e o saneamento financeiro colocado em prática recentemente permite à Eletronorte pensar em novos projetos. "O horizonte é favorável, é bonito. Foi feio no passado, mas hoje não é mais", comentou.

A empresa projeta investimentos de R\$ 3,8 bilhões no quinquênio 2019-2023. Um dos principais aportes deve ser na retomada do projeto da linha de transmissão Manaus-Boa Vista, em que a Eletronorte detém 49% de participação acionária e prevê injetar cerca de R\$ 500 milhões em um primeiro momento - os 51% restantes pertencem à Alupar.

O executivo acredita que a licença ambiental de instalação saia em julho, após anos de atraso. Para ele, as tratativas com o Ibama e com a Funai estão evoluindo satisfatoriamente. O maior obstáculo ao empreendimento, que impede Roraima de conectar-se ao sistema interligado nacional, é a passagem do "linhão" pela terra indígena dos Waimiri Atroari.

O presidente da Eletronorte enfatiza, no entanto, que o projeto precisa de reequilíbrio econômico-financeiro para evitar prejuízo. Quando estiver pronta, a linha terá apenas 19 anos de geração de receitas, por conta do atraso no licenciamento. Ele enxerga duas alternativas: extensão do prazo contratual ou realinhamento da receita anual permitida - na prática, a tarifa do "linhão".

A Eletronorte continua a mapear projetos e parcerias no Norte com bom potencial de retorno financeiro. Parucker trabalha, por exemplo, para viabilizar a incorporação da Amazonas GT.

A empresa, que também é subsidiária da Eletrobras, passou recentemente por uma cisão com a distribuidora Amazonas Energia. A estratégia gira em torno do controle da Termelétrica Mauá 3, usina em Manaus que está entrando gradualmente em operação e já garante lucro anual de R\$ 150 milhões, podendo reforçar o fluxo de caixa da Eletronorte.

Outro reforço importante é a entrada em funcionamento da linha de transmissão responsável pelo escoamento de energia da megausina hidrelétrica

de Belo Monte (PA). A Eletronorte tem 24,5% de participação no empreendimento. "É um projeto que tem Ebtida de 92%", anima-se.

Com medidas de saneamento financeiro e reestruturação, como a última rodada de 165 demissões voluntárias (e economia anual de R\$ 100 milhões), Parucker vê com otimismo o futuro da Eletronorte. Não acha inviável mantê-la sob controle da União, embora apoie a privatização, por falta de musculatura como estatal para dar conta do que está no planejamento: ampliação da hidrelétrica Coaracy Nunes (AP), construção da térmica de Vila do Conde (PA) e estudos para novas usinas que somam 12 mil megawatts, entre outras iniciativas.

"Existe vida sem privatização. A questão é que ou investimos ou mandamos dividendos à holding", observa o executivo. Somente no ano passado, a Eletronorte repassou R\$ 1,2 bilhão para sua controladora Eletrobras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito, Raquel Brandão e Marcelle Gutierrez | Do Rio e de São Paulo

Título: Copel estuda disputar usinas eólicas da Eletrobras

A paranaense Copel vai estudar a possibilidade de disputar a compra de participações em parques eólicos que serão colocadas à venda pela Eletrobras. A estatal federal planeja iniciar em junho o processo de venda de participação em 45 sociedades de propósito específico (SPEs), a maioria de geração de energia eólica.

"É uma coisa que olharemos atentamente", afirmou o presidente da Copel, Daniel Slaviero, em relação ao processo de venda das SPEs da Eletrobras, durante teleconferência com analistas sobre o resultado da elétrica no primeiro trimestre, lucro de R\$ 498 milhões, com alta de 43% ante igual período do ano passado.

O resultado da companhia foi bem recebido pelo mercado. As ações da empresa fecharam o pregão de ontem com altas de 3,30% (ON) e 4,35 % (PNB), enquanto o Ibovespa recuou 0,51%.

De acordo com o BTG Pactual, os números do trimestre foram impulsionados pela área de distribuição. "Os resultados do segmento de distribuição foram notáveis", disseram os analistas João Pimentel e Fillipe Andrade, em relatório.

Os analistas do UBS Marcelo Sa e Fernando Zorzi, destacaram, em relatório, que o avanço de 64,8% do Ebitda recorrente do segmento de distribuição, para R\$ 330 milhões, ocorreu com custos mais baixos, de 15,1% em base anual, e crescimento do consumo de energia na área de concessão da empresa, de 5,1%.

O Ebitda do segmento de distribuição acumulado nos últimos 12 meses terminados em março alcançou R\$ 998 milhões. Segundo o diretor de Finanças e Relações com Investidores da Copel, Adriano Moura, o indicador deve alcançar a marca regulatória de R\$ 1,1 bilhão, definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), neste ano.

O executivo também contou que a empresa espera estabelecer o nível de endividamento neste ano em 2,5 vezes a dívida líquida sobre o Ebitda. A companhia encerrou o primeiro trimestre com indicador de 2,6 vezes, ante 3,1 vezes no fim do ano passado.

Com relação à privatização da subsidiária Copel Telecom, a holding paranaense está trabalhando nos estudos de segregação dos ativos que ficaram com a elétrica e daqueles que serão colocados à venda. Após essa etapa, o projeto de lei (PL) relativo à privatização será enviado à Assembleia Legislativa do Paraná. Slaviero estima que o documento seja encaminhado entre junho e agosto deste ano.

A venda da Copel Telecom ainda está na fase de estudos sob a segregação dos ativos que seriam alienados. A ideia é que até o fim do primeiro semestre os ritos de governança já estejam definidos para que o processo seja enviado à assembleia legislativa paranaense. Em abril, a empresa anunciou que retomaria os estudos para a venda da subsidiária.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: Justiça atende MPE e bloqueia recursos da Tüv Süd

A Justiça em Minas Gerais bloqueou R\$ 19 milhões das contas da Tüv Süd no Brasil, empresa alemã responsável por laudos de estabilidade da barragem da mineradora Vale que ruiu no dia 25 janeiro deste ano, em Brumadinho, matando 238 pessoas. Ainda existem 32 pessoas desaparecidas. A Justiça também determinou a suspensão de diversas atividades da Tüv Süd no país.

As duas decisões atenderam a um pedido do Ministério Público do Estado em um processo do qual a empresa ré com base lei anticorrupção, de 2013. A

Justiça determinou um bloqueio total de R\$ 60 milhões e ainda está em busca de mais bens para conseguir atingir esse valor.

Segundo o promotor que propôs a ação, William Garcia, do MP estadual, a Tüv Süd infringiu pontos estabelecidos na lei anticorrupção que preveem sanções a empresas que atrapalhem a fiscalização e comprometam a aplicação de leis e regras no país.

"A empresa dificultou o sistema de investigação e de fiscalização ao emitir declarações de condições de estabilidade que dissimulavam a real criticidade da barragem da mina do Córrego do Feijão", disse Garcia ao **Valor**.

A decisão foi emitida na quinta-feira pela juíza Paula Saliba Brito, da 1ª Vara da Comarca de Brumadinho, e divulgada ontem. A juíza escreveu que a determinação de suspensão de uma série de atividades da Tüv Süd, entre elas a emissão de relatórios e análises referentes a barragens, se justifica porque no caso de Brumadinho "aparentemente, as informações prestadas [pela companhia] ao poder público acerca das condições da Barragem B1, do Córrego do Feijão, não se mostraram fidedignas e foram realizadas sem a credibilidade e imparcialidade técnica necessárias".

Quanto ao bloqueio de recursos, a juíza entendeu que se trata de medida que garante o pagamento por parte da companhia de "eventual aplicação de multa e reparação integral do dano".

A Tüv Süd poderá recorrer, mas essa decisão pode colocar a matriz da companhia na Alemanha e sua unidade no Brasil sob pressão para que comecem a considerar a possibilidade de buscarem um acordo de colaboração com a Justiça.

As causas da tragédia ainda não estão claras. Mas a Polícia Federal, promotores e procuradores do Ministério Público acreditam ter indícios de que a Tüv Süd cedeu a pressões da Vale - talvez para não perder futuros contratos - e emitiu atestados de estabilidade mesmo sabendo das condições desfavoráveis da barragem de Brumadinho.

A empresa alemã afirmou que depois do desastre, por decisão própria, parou de emitir relatórios e declarações de estabilidade de barragens e que não se sente em condições de retomar essas atividades enquanto uma investigação interna não for concluída. A empresa não fez comentários sobre o bloqueio milionário em suas contas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 16/05/2019****Seção: Empresas****Autor:****Título: Curtas**

Lucro da Ultrapar

A Ultrapar, holding do grupo Ultra, registrou lucro líquido atribuível aos acionistas da companhia de R\$ 233,7 milhões no primeiro trimestre, mais de três vezes superior aos R\$ 73,9 milhões apurados um ano antes, apesar da piora operacional em praticamente todos os negócios, com exceção de Ultracargo. O lucro líquido consolidado foi de R\$ 242,6 milhões, frente a R\$ 72,9 milhões um ano antes. No primeiro trimestre do ano passado, os resultados da Ultrapar foram afetados negativamente pelo pagamento de R\$ 286 milhões à Petrobras, após o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) vetar a compra da Liquigás. De janeiro a março, a receita líquida da companhia ficou em R\$ 20,74 bilhões, estável na comparação anual, mas o lucro bruto caiu 4,9%, a R\$ 1,45 bilhão.

Efeito da IFRS 16

Já o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado trimestral, considerando o impacto na norma contábil IFRS 16, somou R\$ 782,3 milhões, com alta de 54%. Sem considerar os ajustes relativos a arrendamentos, o Ebitda totalizou R\$ 698 milhões, com alta de 37%. O avanço reflete a base de comparação afetada pela multa paga à Petrobras - sem considerar esse feito, o Ebitda caiu 12% neste trimestre, refletindo a piora de desempenho da Ipiranga, Oxiteno, Ultragaz e Extrafarma. Ao fim do primeiro trimestre, a dívida líquida da Ultrapar estava em R\$ 8,62 bilhões, comparável a R\$ 8,21 bilhões em dezembro. A alavancagem financeira, medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda, ficou em 2,65 vezes, frente a 2,68 vezes três meses antes.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 16/05/2019****Seção: Empresas****Autor: Ana Paula Machado e Ivo Ribeiro | De São Paulo****Título: Acidente na usina da CSN afeta 21 empregados com inalação de gás**

Um acidente na manhã de ontem na área de aciaria da usina da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda (RJ) levou 21 pessoas ao hospital. Segundo a CSN, o acidente ocorreu durante a retirada de escória da panela de aciaria, quando houve uma reação química no contato com água, o que provocou um deslocamento de ar, acompanhado por "emissões fugitivas que duraram poucos minutos."

"Os colaboradores que estavam no local do acidente foram atendidos pela equipe médica da CSN por terem inalado pó e encaminhados preventivamente para atendimento hospitalar", informou a companhia.

Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos Sul Fluminense, Silvio José Campos, o acidente ocorreu por volta das 7h30 da manhã em um procedimento normal na área. "Deve ter ocorrido contaminação com a água, o que ocasionou essa emissão de gases. Foi um acidente que poderia ter tido proporções maiores. Vamos, em conjunto com a empresa, investigar as causas do acidente."

A companhia declarou, em nota, que todos os órgãos competentes foram informados e que já iniciou uma investigação interna para saber as causas da explosão. O Ministério Público Federal (MPF) também pediu esclarecimentos sobre o incidente.

A produção de aço na usina, de acordo com a CSN, voltou ao normal ontem mesmo, pois "nenhum equipamento relevante foi afetado". A siderúrgica acrescentou que todos os funcionários presentes no local foram atendidos pelo seu serviço médico e que, após avaliações médicas, cerca de 20 deles ficaram em observação, por terem inalado a poeira em suspensão. A empresa declarou que nenhum dos funcionários se feriram com gravidade e todos receberam alta algumas horas após o ocorrido.

A usina de Volta Redonda - inaugurada no início dos anos de 1940, pelo então presidente da República Getúlio Vargas, tem capacidade de produzir quase 6 milhões de toneladas de aço bruto ao ano, material que é convertido em aços planos laminados - a grande parte - e em aços longos (pouco mais de 200 mil toneladas).

Na área da usina, a CSN opera também, desde 2009, uma fábrica de cimento, que utiliza escória oriunda da produção de aço.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/05/2019

Seção: Finanças

Autor: Maria Luíza Filgueiras | De São Paulo

Título: CPFL quer precificar follow-on antes de IPO da Neoenergia

A empresa de energia CPFL Energia quer definir o preço de sua oferta subsequente de ações ("follow-on") ainda na primeira semana de junho, segundo fontes próximas à operação. A companhia fará oferta no Brasil e nos Estados Unidos, conforme registro já pedido à reguladora americana Securities Exchange Commission (SEC).

A empresa e a Neoenergia, que está em processo de oferta pública inicial (IPO), concorrem pelo bolso de investidores globais e nacionais ao mesmo tempo. A CPFL Energia, no entanto, deve passar na frente no cronograma, uma vez que a Neoenergia deve precificar a operação por volta do dia 25 de junho, apurou o **Valor**.

Devido à concorrência, as duas operações têm grupos distintos de bancos coordenadores. A CPFL trabalha com Itaú BBA, Santander, Bradesco BBI, BTG Pactual e Morgan Stanley. A Neoenergia tem como coordenadores o Banco do Brasil, Bank of America, Citi, J.P. Morgan, Credit Suisse e HSBC.

A chinesa State Grid, que comprou a CPFL, quer fazer a oferta para ajustar o percentual mínimo necessário de ações em circulação ("free-float") - uma vez que desistiu de fechar o capital da empresa. Conforme uma fonte próxima à companhia, também há intenção de retornar parte do capital ao controlador. Como hoje a companhia tem apenas 5,25% das ações em circulação, a operação tem sido chamada de "re-IPO".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 16/05/2019

Seção: Economia

Autor: Mônica Scaramuzzo

Título: Impasse na reforma trava investimentos

Incerteza na articulação política da Previdência suspende projetos e gera dúvidas sobre crescimento da economia, dizem economistas

À espera do desfecho das discussões sobre a reforma da Previdência, muitas empresas projetaram a melhora da economia e a retomada da expansão de seus negócios neste ano. "O governo criou uma expectativa no mercado, que ainda não foi concretizada", diz Istvan Kasnar, professor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Ebape).

Segundo Kasnar, as indústrias ainda sofrem impacto dos erros da política econômica dos últimos anos e podem ter de rever projeções em função do que ainda está "na promessa". "Ao considerar a reforma da Previdência uma bala de prata para a recuperação da economia, o governo esquece que tem toda uma

agenda maior de reformas que devem ser colocadas em prática", diz ele, referindo-se ao déficit das contas públicas.

O ambiente de incerteza não contribui para que as empresas se animem a tirar investimentos do papel, segundo Roberto Padovani, economista-chefe do Banco Votorantim. Na dúvida, muitas companhias estão jogando para 2020 os projetos previstos para este ano.

Vale e Petrobrás. O sentimento de espera se reflete no levantamento feito pela Economática, que aponta queda de 5,7% dos lucros das companhias abertas no primeiro trimestre. A pesquisa desconsidera os resultados de Vale, Petrobrás, Oi e bancos.

No caso da operadora, os dados trimestrais não são comparáveis porque a empresa enxugou seus resultados no ano passado, incluindo a dívida no plano de recuperação judicial, inflando os resultados. Os bancos, por sua vez, ficaram de fora por não representar o setor produtivo. Já Vale e Petrobrás distorcem os resultados do conjunto em função do tamanho das duas companhias.

A Petrobrás registrou lucro líquido de R\$ 4 bilhões no primeiro trimestre do ano, queda de 42% sobre o mesmo período de 2018. Se a petroleira fizesse parte do levantamento, os ganhos das empresas brasileiras teriam recuado 14,7% entre janeiro e março.

A Vale, além de ter sido excluída do levantamento em função do porte frente às outras companhias, teve o resultado afetado pela tragédia de Brumadinho, em Minas Gerais. O rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão, em 25 de janeiro, resultou em 238 mortos até o momento. Diante dos altos custos para tentar minimizar os efeitos da tragédia, a mineradora registrou prejuízo de R\$ 6,4 bilhões, ante um lucro líquido de R\$ 5,1 bilhões no mesmo período do ano passado.

A crise da mineradora, no entanto, em função da menor oferta do minério de ferro no mercado global, acabou impulsionando os preços do insumo e a própria Vale tem sido agora beneficiada pelo movimento.

Outros setores. Enquanto a maior parte dos negócios foi afetada pela crise da economia doméstica, outros melhoraram a rentabilidade, como energia elétrica, eletroeletrônicos e locação de veículos.

O dólar valorizado garantiu o resultado de parte das empresas exportadoras – como as de agronegócio. Mas nem as exportadoras estão imunes a "solavancos": as companhias de papel e celulose, por exemplo, foram afetadas nos primeiros meses do ano pelo preço baixo da commodity no mercado

internacional. O setor fechou o primeiro trimestre com prejuízo acumulado de mais de R\$ 1,4 bilhão.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 16/05/2019

Seção: Economia

Autor: Idiana Tomazelli Anne Warth / BRASÍLIA

Título: Equipe econômica quer reduzir subsídios na conta de luz

Em 2018, incentivos custaram ao consumidor R\$ 19,2 bi, valor 262% maior que em 2007, já descontada a inflação

A equipe econômica pretende ampliar a agenda de revisão de subsídios para incluir em sua mira benefícios bancados por meio da conta de luz, que foram turbinados durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff, mas nunca revertidos. Só no ano passado, esses incentivos drenaram R\$ 19,2 bilhões dos consumidores, um valor 262% maior que em 2007, já descontada a inflação do período.

O valor dos incentivos no ano passado só não é maior que em 2015 (R\$ 28,6 bilhões em valores atuais), quando o governo, já mergulhado na crise fiscal, parou de bancar a política de subsídios iniciada em 2013, e que havia resultado na queda do preço da energia. O custo foi parar na conta do consumidor, com aumentos salgados na tarifa.

O secretário de Avaliação de Políticas Públicas, Planejamento, Energia e Loterias, Alexandre Manoel, afirmou ao Estadão/ Broadcast que a maior parte dos pareceres elaborados por ele e sua equipe trata de novas propostas do Congresso para ampliar ainda mais a fatura dos chamados "subsídios cruzados" na conta de luz.

Neste ano, em média, são três pareceres sobre novos projetos a cada semana. Algumas das propostas mais recentes conferem desconto de 50% na conta de luz de universidades públicas. Outras retomam descontos a agricultores e empresas de saneamento, que serão extintos em cinco anos, conforme decreto publicado neste ano, um gasto de R\$ 5 bilhões.

Também há projetos que aumentam benefícios a classes já privilegiadas por subsídios. Para agricultores irrigantes, que já têm desconto de 60% a 90% na madrugada, quando o consumo da população é menor, há um projeto permitindo que esse benefício se dê a qualquer hora do dia. Outra proposta, direcionada à população de baixa renda, que hoje tem direito a desconto de até 65% dependendo do consumo, confere gratuidade para todos que consumirem

até 70 quilowatt-hora (kWh) por mês, o que elevaria o custo do programa em R\$ 750 milhões por ano.

"Para o parlamentar é muito simples, você dilui o custo. Ninguém sabe quem está pagando. É um benefício com o chapéu alheio", diz o secretário.

Como funciona. O subsídio cruzado ocorre quando todos pagam por um incentivo a determinado setor. Como esses benefícios não afetam diretamente receitas ou despesas da União, o governo não tem um instrumento legal para barrar tentativas de ampliá-los, a exemplo do que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) representa para as contas públicas.

Se o Congresso quer aprovar uma renúncia de tributos, precisa indicar a fonte de compensação no Orçamento. Na conta de luz, o governo não tem uma "linha de defesa", mas apenas sua capacidade de convencimento para conter novas concessões e reverter algumas que já existem." Esse subsídio não tem restrição alguma. A restrição é o Congresso e se o Congresso aprovou... Não tem uma linha de defesa que não seja a transparência da informação. Os benefícios são concentrados e os custos são difusos."

O secretário afirma que o Comitê de Monitoramento e Avaliação de Subsídios está atento ao tema e que os subsídios concedidos por meio da Conta de Desenvolvimento Energético devem integrar a agenda de revisões de benefícios que está sendo tocada pelo governo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 16/05/2019

Seção: Espaço Aberto

Autor

Título: Nova paralisação dos caminhoneiros?

Pelo que li sobre o mercado de serviços de transporte por caminhões, ele envolve, do lado da oferta, caminhoneiros autônomos e empresas transportadoras e seus caminhoneiros. E do lado da procura estão os demandantes finais, como os produtores de soja e empresas transportadoras que também podem recorrer a autônomos. Há demandantes finais que dispõem de frotas próprias. E, ainda, agenciadores que atuam entre a oferta e a demanda.

O mercado tem excesso de oferta de caminhões, o que pressiona os fretes para baixo e a desocupação para cima. Isso foi fator atuante na paralisação de 2018, pois autônomos e transportadoras reclamavam de que tal excesso reduzia o

valor dos fretes, o que era agravado pelo maior custo do diesel. Como resultado da paralisação e da fragilidade governamental ao enfrentá-la vieram o congelamento do preço do diesel até o fim do ano passado e uma tabela de fretes para sustentar preços. Isso foi visto como uma vitória dos caminhoneiros e das transportadoras.

Examinarei este mercado sem olhar isoladamente cada um dos seus atores, mirando também os inter-relacionamentos entre eles, inclusive na sua dinâmica ao longo do tempo. A análise será concentrada nos caminhoneiros autônomos, que mais vocalizam reivindicações e são mais atuantes na paralisação. Parecem-me, também, o grupo mais vulnerável entre os citados. Sobre os agenciadores não encontrei informações.

A paralisação trouxe grandes prejuízos ao País. Vi estimativas de que o custo chegou a um total de 0,1% a 0,3% do PIB de 2018, algo entre R\$ 7 bilhões e R\$ 21 bilhões. Ela gerou desconfiança entre demandantes quanto aos serviços prestados pela oferta. Junto com a tabela de fretes, que agravou custos, isso encorajou a expansão da frota própria e o recurso a outros meios de transporte, como a cabotagem – a navegação costeira entre portos nacionais –, que, segundo matéria na Folha de S.Paulo em 5/5/2019, aumentou 18% após a paralisação.

Quanto às frotas próprias, conforme outra reportagem do mesmo jornal, no dia 11/5, "(...) desde maio de 2018 foram fabricados 75.628 caminhões (...)". E, em 2018, o número de emplacamentos cresceu 48% (!) em relação a 2017. Com isso, o excesso de oferta se agravou.

Como foi o impacto dessas alternativas sobre os autônomos? Foi desastroso e transparece na mesma reportagem. Sua autora, a jornalista Heloísa Negrão, foi ao Terminal de Cargas de São Paulo, onde "(...) encontrou vários caminhoneiros parados havia dias à espera de trabalho". Oito deles foram entrevistados pela repórter e se declararam originários de diferentes Estados: MT, SP (dois), RS (dois), CE, PR e MG. O título da reportagem resume a situação encontrada: Vida está muito pior um ano após mobilização, dizem caminhoneiros.

Ou seja, ao paralisar suas atividades em 2018, não refletiram sobre os desdobramentos de suas decisões naquilo que poderiam trazer de reações inconvenientes de outros atores do mercado.

E houve outro inconveniente: como já disse em artigo anterior, antes da paralisação de 2018 era muito difundida uma visão dos autônomos como batalhadores dedicados a um trabalho árduo, muitas vezes longe da família, vindo de uma vocação que preza a liberdade de tocar por si mesmo o seu trabalho e de percorrer caminhos espalhados por este país de natureza

exuberante. O apoio mútuo dentro do grupo é, também, respeitado e invejado no contexto social. Já foram tema de várias canções. Mas, agora, o tom da música seria outro, com a angústia que vem do aumento dos dias parados à espera de um frete.

A paralisação abalou a visão citada, pois trouxe até violência dentro do grupo e contra a sociedade, como ao brigarem entre si e atentarem contra o direito de ir e vir dos cidadãos, impedindo, com bloqueios, o trânsito pelas estradas, a exemplo dos realizados por pequenos grupos que queimaram pneus em vários trechos. Em face de sua situação, agora agravada, entre outras reivindicações os autônomos querem novo subsídio ao preço do diesel. E, ao serem entrevistados pela Folha, um deles mencionou também a ideia de "(...) fazer as transportadoras passarem 40% do frete para os caminhoneiros autônomos (...)", o que é um sonho, e outro propôs aumentar a fiscalização para cumprir a tabela de fretes. Para Wallace Landim, o Chorão, um dos representantes dos caminhoneiros e interlocutor do governo, "(...) a solução para o excesso de caminhões e a falta de cargas é o cumprimento da jornada de trabalho. Assim, os caminhoneiros trabalhariam menos e seria preciso contratar mais".

Sou contrário ao subsídio ao diesel e à tabela de fretes. Ademais, a efetiva fiscalização do cumprimento dessa tabela é impraticável, e o mesmo vale para a ideia proposta por Chorão. Imaginar que caminhoneiros autônomos cumpririam uma jornada de trabalho é uma ilusão.

Virá outra paralisação? A mesma reportagem diz que os caminhoneiros estão divididos quanto a isso, o que parece ser sinal de que alguns já aprenderam lições de 2018. Outra paralisação agravaria ainda mais a situação dos autônomos, em face de novos desdobramentos como os já apontados e que vale ressaltar: a expansão de frotas próprias agravou o excesso de oferta dos autônomos, o mesmo acontecendo com a cabotagem.

E há mais ameaças à frente para estes profissionais, parecendo-me que os autônomos estão sujeitos a riscos e infortúnios similares aos que atingiram os taxistas, decorrentes da atuação do Uber e de aplicativos similares. Vi que nos EUA já existe o Uberfreight, que traduzi como Uberfrete, para caminhões. Aqui, ainda não vi o Uber trabalhando com eles, mas, se fosse um autônomo, já iria me preparando para essa eventualidade, pensando, inclusive, na opção de um dos entrevistados no Terminal de Cargas de São Paulo: a de vender seu caminhão. Pelo visto, Chorão vai ter muito mais por que chorar.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 16/05/2019**Seção:** Colunas**Autor:** Daniela Lima**Título:** Por amor à pátria

Painel

Caso Bolsonaro decida reverter o bloqueio de verbas do Ministério da Educação, os militares são os candidatos mais prováveis a pagar a conta. Técnico do governo calcula que o programa do submarino nuclear brasileiro pode ir para o sacrifício para compensar a suspensão de cortes no MEC.

com Mariana Carneiro e Julia Chaib

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 16/05/2019**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** Em Nova York, governador do RS tenta atrair empresários com pacote de privatizações

Nova York - O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), aproveitou sua fala nesta quarta (15) em conferência do Itaú em Nova York para tentar atrair investidores estrangeiros ao estado.

Com o objetivo de melhorar as contas gaúchas, Leite citou à Folha planos de privatizações, concessões e investimentos que, juntos, podem chegar a R\$ 9 bilhões.

Segundo Leite, nenhum negócio ainda foi fechado no evento, que reúne empresas latino-americanas em busca de parceiros comerciais.

Ele ressaltou que a Assembleia Legislativa acabou de votar a retirada da exigência de plebiscito para a venda de estatais, o que facilitaria a privatização das companhias de energia elétrica, gás e mineração.

Ele também planeja conceder rodovias, hidrovias, aeroportos e serviços como o sistema penitenciário e busca parcerias público-privadas na área de saneamento.

leite diz que as privatizações podem injetar R\$ 3 bilhões no caixa do governo. Mais R\$ 3 bilhões viriam da concessão de rodovias, que geraria outros R\$ 3 bilhões em investimentos.

Questionado sobre se a crise econômica do governo afetaria o aporte de fundos de investimento, afirmou que vê a situação como oportunidade, especialmente com a agenda de reformas e o plano de recuperação fiscal que vem sendo acertado com o governo federal.

Citou também o plano de reforma da estrutura de carreira de servidores e reforma do sistema previdenciário.

"O estado vai muito além do governo. O estado tem uma economia vibrante, é a quarta maior economia do Brasil, tem a melhor universidade federal do Brasil segundo o MEC, tem os dois melhores parques tecnológicos do Brasil", afirmou.

O governador está desde segunda-feira (13) encontrando-se com investidores em Nova York e segue viagem para Londres. Paula Moura

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 16/05/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Angela Boldrini, Paulo Saldaña, Talita Fernandes e Gustavo Uribe

Título: Ministro encontra clima ameno após ser convocado à Câmara

No Planalto, avaliação foi de que Weintraub não soube explicar cortes de verbas na educação e agravou crise

Brasília- O ministro da Educação, Abraham Weintraub, colocou a culpa nos governos anteriores pelo congelamento de orçamento na área e voltou a criticar as universidades federais e a minimizar o impacto dos bloqueios de verba.

Weintraub deu esclarecimentos sobre cortes na área no plenário da Câmara nesta quarta-feira (15). Ele foi convocado por parlamentares como maneira de enviar recado ao Planalto. A manobra foi articulada por líderes do centrão, com a ajuda da oposição.

O ministro teve embates com deputados de oposição, o que gerou pequenos tumultos, mas o encontro teve um plenário esvaziado e clima mais ameno do que se esperava.

Isso não significa necessariamente um distensionamento do embate entre Legislativo e Executivo. Parlamentares do centrão dizem, nos bastidores, que a própria convocação já seria suficiente para demonstrar insatisfação e poder. Poupar o ministro de confrontos diretos seria uma forma de não cortar o diálogo com o governo.

Outro episódio que causou tensão com o Congresso foi uma ligação feita por Bolsonaro pedindo recuo do corte ao ministro. O contato ocorreu na terça (14), em reunião do presidente com líderes de PV, Pros, PSC, Avante, PSL e Cidadania -as siglas, apesar de independentes, ensaiavam aproximação com o governo.

A Casa Civil negou na terça que o presidente tivesse feito o pedido. A líder do governo no Congresso, Joice Hasselmann (PSL-SP), chamou a informação de "boato barato".

Mas Weintraub confirmou a ligação e disse que conseguiu convencer Bolsonaro a manter os bloqueios. "Os deputados ouviram o presidente falando comigo, mas não eu falando com o presidente", afirmou. Segundo Weintraub, ele teria explicado ao presidente que não se tratava de cortes, mas de contingenciamento. Assim, diz, Bolsonaro teria concordado em não recuar.

O contingenciamento no MEC (Ministério da Educação) alcança R\$ 7,4 bilhões, com impactos que vão da educação infantil à pós-graduação. Nas universidades federais, o bloqueio foi de R\$ 2 bilhões, equivalente a 30% dos recursos discricionários (que não incluem salários).

O clima piorou para o governo depois que o ministro indicou em entrevista que haveria cortes em instituições federais específicas por questões ideológicas, o que ele classificou como balbúrdia.

Após má repercussão, argumentou que o bloqueio de 30% valeria para todas as federais e passou a argumentar que o congelamento era de 3,4% do orçamento total das federais.

No Palácio do Planalto, a avaliação ao longo do dia foi a de que Weintraub não soube explicar de maneira adequada a necessidade do bloqueio de recursos, transformando um problema pontual em uma crise de governo.

Com a força das mobilizações, o receio de auxiliares presidenciais, sobretudo do núcleo militar, é que novas manifestações sejam convocadas nas próximas semanas, desgastando ainda mais a imagem do governo.

No grupo fardado, voltou defesa por uma nova intervenção na pasta da educação, com uma eventual troca do atual ministro. Uma mudança, contudo, é

reconhecida pela maior parte dos auxiliares presidenciais como pouco provável neste momento.

Para o núcleo militar, o ministro subestimou o potencial das manifestações e não soube administrar cenário de crise que ele mesmo estimulou.

Na Câmara, em resposta a questionamento do deputado Orlando Silva (PC do B), Weintraub disse que o atual governo não pode ser responsabilizado pelo cenário atual.

"Nós não somos responsáveis pelo contingenciamento atual, o orçamento atual foi feito pelo governo eleito de Dilma Rousseff e [Michel] Temer, que era vice. Não somos responsáveis pelo desastre da educação, não votamos neles."

Para tentar distensionar o clima, afirmou que o governo pretende direcionar para a educação recursos recuperados após casos de corrupção da Petrobras. "Não ficamos parados, uma parte do dinheiro que foi roubado da Petrobras está sendo recuperado e está entrando de volta. [...] Já pode servir de alívio para os reitores", disse.

Um acordo firmado entre a Petrobras e as autoridades norte-americanas permite que R\$ 2,5 bilhões de multas sejam destinados à União.

Weintraub volta à Câmara na próxima quarta (22). Ele fala à Comissão de Educação.

MME / ASCOM .